

## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Inquérito Civil Nº 06.2019.00001416-8

Em 10 de junho de 2022, às 14h, no auditório Cláudia Menezes Pereira, localizado na Rua da Paz, 134, nesta cidade, ocorreu audiência pública para debater o objeto deste inquérito. O cerimonial do Ministério Público introduziu o objeto da audiência pública e o seu regulamento, convidando o Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida, o Controlador-Geral do Estado Carlos Eduardo Girão de Arruda, a Procuradora-Geral do Estado Ana Carolina Ali Garcia, o Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul André Borges Barros de Araújo e o Tenente-Coronel da Polícia Militar José Carlos Rodrigues para comporem a mesa.

Aberta a sessão, o Promotor de Justiça, presidente dos trabalhos, saudou as autoridades que compõem a mesa, bem como a audiência presente. Salientou a importância da atuação do IMASUL; elucidou que referida audiência pública derivou da investigação feita no âmbito do Inquérito Civil acerca da falta de recursos humanos naquele órgão. Fez breve síntese do tratado no bojo do inquérito civil, apresentando os dados detectados na inspeção feita pela Controladoria-Geral do Estado, a indicar possível prejuízo à atuação da autarquia e mora nos procedimentos administrativos de sua competência.

Passada a palavra ao diretor-presidente do IMASUL, Dr. André Borges, ele agradeceu o convite e salientou que assumiu a presidência em 2019. De lá para cá, tendo em vista a pandemia, houve dificuldade na contratação, entretanto, apesar das dificuldades, os trabalhos do IMASUL não pararam. Em 2019 analisaram um total de 1.762 procedimentos, em 2022 saltou para 3.192. Frisou que, mesmo nos períodos críticos de contratação, houve um salto significativo do desempenho dos trabalhos, com o processo de digitalização, na área de Outorga/Recursos hídricos. Foram feitas contratações de 20 servidores (PROGESTÃO), houve seleção para atender a abertura do BioParque, há também projeto de pesquisa com bolsistas que atuam dentro do IMASUL, nessa área de pesquisa na análise do CARS. Houve análise de 1.600 CARS, sendo total de 78 mil imóveis para serem analisados. O IMASUL está testando programa eletrônico que fará a análise sistematizada dos CARS, de modo que seria possível a análise de todos os CARs restantes em até sete dias. As divergências de informações serão tratadas no

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE-MS

NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO PANTANAL E DA BACIA DO PARANÁ

módulo, o proprietário será notificado dessa divergência, referido processo irá otimizar a análise.

O Diretor-Presidente asseverou que, em 2019, tinha sistema de outorga e sistema florestal, de lá para cá houve migração/ automatização do processo de licenciamento, que hoje permite a celeridade de solicitar pelo aplicativo, de qualquer lugar. Houve vultosos investimentos para equipar, aquisição de computadores, investimento no setor de geotecnologias, acompanhamento dos monitoramentos. Afirmou que o Estado passou por um processo de grande desenvolvimento, portanto esse incremento tecnológico é necessário. Não vislumbra dano ambiental, considerando ter sido realizado mais de 1.200 ações entre fiscalização, vistorias e análises. Ao longo de dois anos e meio houve mais de 2.200 de ações do IMASUL. Frisou que há uma grande demanda mas o serviço não está deixando de ser prestado. Percorrem 110 mil km do Estado coletando amostras de água superficial, os recursos hídricos estariam em ótimo estado, não possuem danos ou catástrofes em andamento. Em síntese, afirmou que o IMASUL tem dado conta da demanda, apesar das dificuldades.

Logo após, o Promotor de Justiça questionou quando o sistema de análise em até sete dias quando ficará pronto. Também perguntou se o monitoramento das condicionantes das licenças, como prazo para entrega de relatórios etc., serão fiscalizadas pelo sistema informatizado. O diretor-presidente do IMASUL pontuou que o sistema está em fase de teste, provável efetivação em julho deste ano. Há o acompanhamento do monitoramento, ficara num sistema com o controle de fiscalização, conforma for chegando o prazo e ela não for atendida será gerado um alerta, garantindo que a condicionante que não for atendida no prazo gere um alerta e possa ser revista.

Na sequência, foi dada a palavra ao Controlador-Geral do Estado, o qual informou que a atual demanda teve início com um relatório da controladoria, através da inspeção correicional em 2018. Foi identificado acumulação de função no órgão IMASUL, quem executa não pode ser a mesma pessoa que controla. Sobre a questão da audiência, comentou que os problemas foram apontados por servidora do IMASUL, que constaram do relatório, mas não se tratou de uma auditoria operacional, de modo que não pode concluir que haja mesmo um problema e não serve de exame conclusivo. Também relatou que não poderia afirmar que referida situação ainda persiste. Argumentou que não é com contratação desenfreada de servidores que o problema seria resolvido, a saída seria investimento maciço em tecnologia. Propôs realizar uma no IMASUL para elucidar a situação atual, a fim de subsidiar essa questão e chegar a uma solução.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE-MS

NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO PANTANAL E DA BACIA DO PARANÁ

Em continuidade, para ouvir a comunidade presente, o Promotor chamou os inscritos para fazer uso da palavra.

Arlindo Muniz, representando OAB, ressaltou a importância desta temática, importância da auditoria para aferir os dados e mensurar quais medidas deverão ser adotadas. No processo de digitalização é importante a questão dos metadados, o acesso do advogado ao sistema para que receba as informações, notificações, dos processos administrativos. Diante da escassez de servidores, a racionalização dos recursos públicos é elemento importante. Afirmou, conforme dados que trouxe e que serão juntados a este inquérito, que os servidores do Município param suas atividades para atender requisições do Ministério Público, gerando muitos custos. Propôs que o controle de termos de ajustamento de conduta e outras demandas do Ministério Público ficassem a cargo do corpo técnico do Ministério Público. Salientou que há servidores em depressão com receio do controle do Ministério Público.

O Promotor de Justiça agradeceu as observações e pediu que fosse entregue esses dados, salientou que o MP atua dentro de suas prerrogativas e no intuito de cumprir efetivamente seu papel. Salientou que a digitalização dos procedimentos representaria menor custo e mais agilidade nos procedimentos, e o MP poderia ter acesso as informações de modo direto sem custo econômico, o que, com esses dados, poderia ser solicitado dos gestores. Afirmou também que discorda de que as demandas do Ministério Público sejam feitas pelo corpo técnico, porque as demandas são originadas por denúncias da sociedade e é competência dos órgãos fiscais exercerem seu poder de polícia, inclusive quanto aos TACs.

Com uso da palavra Gabriel Freitas, presidente Associação Sul Mato-Grossense dos Engenheiros Florestais, ressaltou que o pessoal do IMASUL está sobrecarregado com os ofícios do MP, que cada requisição do MP acarretam três processos para o IMASUL, pois o MP direciona ofícios para os órgãos ambientais nas três esferas de governo, com o retorno dos outros órgãos ao IMASUL. Também considerou a possibilidade de uso de parcela das verbas do TAC para o IMASU, para melhoria estrutural. Sobre a digitalização dos procedimentos no IMASUL, apesar de recente, é muito boa, otimizando os procedimentos. O IMASUL precisa de mais autonomia em relação ao SIRIEMA, falta capacitação dos funcionários em relação a isso. O Promotor agradeceu a opinião, mas salientou que não é prática do MP pedir para diferentes órgão fazer um mesmo trabalho, apenas se houver competências exclusivas para diferentes exames. Acerca da questão de destinação de parte dos recursos dos TACs, o promotor

esclareceu que, para doar recurso de TAC, a entidade interessada precisa se cadastrar, apresentar projetos de uso do recurso. Caso haja interesse do IMASUL, o órgão poderá proceder neste sentido.

O Controlador-Geral ressaltou que há uma previsão orçamentária, e que as vezes há muitas demandas que não conseguem atender, sugeriu que haja maior diálogo entre o MP e o órgão IMASUL antes das solicitações no intuito de reduzir atritos e demandas.

Passada a palavra à Procuradora-Geral do Estado, ela esclareceu que, de 2017 a 2020, o Estado esteve em regime de contenção de gastos, que atingiram diversas áreas, inclusive as contratações de pessoal. Devido ao ano eleitoral e por força da responsabilidade fiscal, há vedações de contratação, o que gera dificuldades ao gestor. Salientou que, apesar das vedações, o IMASUL conseguiu evoluir e melhorar. Destacou a atuação do Instituto durante o aumento de incêndios. Frisou a necessidade de racionalizar os trabalhos e órgãos devem trabalhar em conjunto, evitar burocratizar. Finalizou que a tônica da agenda é a pluralização de ideias, que o caminho já está acontecendo, que a questão numérica de pessoal não represou a atuação do IMASUL. Por fim, **pugnou pelo encerramento das investigações.**

Dada a palavra ao Professor Jose Roberto da Silva Lunas, professor da UEMS, pontuou que há projeto de pesquisa que realiza o mapeamento de procedimentos, para entender a metodologia de trabalho e vislumbrar soluções para efetividade da gestão ambiental do Estado. Eficiência dos licenciamentos. Ressaltou que há um esforço e houve melhoria nos processos de licenciamentos, com a implantação da digitalização. Concordou com a fala do Dr. Carlos Girão quanto à necessidade de cuidado nos excessos de contratações, antes de se saber se esse processo de digitalização terá êxito, que é necessário considerar as melhorias já feitas. Finalizou ressaltando a importância do MP e da presente discussão, e que esta discussão precisa ir além do tema de licenciamento ambiental e avançar para outras questões ambientais.

O Promotor de Justiça agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

**DELIBERAÇÕES:** Diante das informações prestadas, é necessário o aprofundamento das investigações. Assim, determina-se: 1) Juntem-se os documentos entregues nesta data e a lista de presença; 2) Considerando a disposição da CGE em realizar auditoria não IMASUL, oficie-se, a fim de verificar quando ela será realizada, solicitando a

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL**

34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE-MS

NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO PANTANAL E DA BACIA DO PARANÁ

remessa do relatório conclusivo; 3) Oficie-se ao IMASUL, a fim de que preste por escrito as informações trazidas oralmente na audiência pública. Dessa informação, deverá constar também a atualização do número de servidores efetivos, comissionados, bolsistas, cedidos de outros órgãos e contratados temporariamente. Deverá esclarecer, também, se os atos dos bolsistas, dos servidores cedidos e contratados temporariamente, no desempenho de suas competências, dependem ou não de posterior análise dos servidores efetivos para a produção plena de seus efeitos; 4) publique-se a ata, por extrato, no DOMP, nos termos do art. 4º, §2º, da Resolução CNMP n. 82/2012.

**LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA**

PROMOTOR DE JUSTIÇA